

Paraná Banco S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias consolidadas em
IFRS em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório de administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	4
Balancos patrimoniais consolidados	6
Demonstrações consolidadas de resultados	7
Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes	8
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	10
Demonstrações consolidadas do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A transformação digital na indústria bancária é uma realidade. A tecnologia está revolucionando a forma como as transações bancárias são realizadas e trazendo novos níveis de atendimento e relacionamento com os clientes. No Brasil, o Banco Central, por meio da Agenda BC#, tem estimulado a evolução tecnológica e regulatória do sistema financeiro nacional para acompanhar essa mudança de comportamento dos consumidores. O PIX, sistema de pagamentos instantâneos, e o open banking são as principais iniciativas neste sentido.

No Paraná Banco, quando iniciamos nossa jornada de transformação digital em 2017, nos deparamos com dois grandes desafios. Simplificar o processo de contratação do crédito consignado, que historicamente foi um processo demorado e burocrático, e construir uma jornada digital que atendesse todos os nossos clientes, incluindo aposentados e pensionistas do INSS, que possuem um comportamento diferente dos nativos digitais.

O profundo entendimento do perfil do nosso cliente, tornou possível o desenvolvimento de uma jornada simples e rápida para a contratação do crédito consignado, impulsionando o crescimento da nossa carteira de crédito.

Mantendo nossa posição de vanguarda na inovação do consignado, neste trimestre lançamos uma oferta digital única para a contratação de um empréstimo novo, refinanciamento e/ou portabilidade no convênio do INSS. Tudo isso para melhorar a experiência do nosso cliente.

Em termos de originação, neste trimestre o mercado de consignado para aposentados e pensionistas do INSS foi impactado pelo retorno da margem consignável de 35% para 30% conforme Medida Provisória nº 1.006 vigente até 31 de dezembro de 2021. Neste período, segundo dados do Banco Central, as novas concessões de crédito consignado foram de R\$ 13,9 bilhões, uma redução de 56,7% em relação ao trimestre anterior. O Paraná Banco, por sua vez, apresentou uma originação de R\$ 921,6 milhões, pela ótica do valor principal, uma redução de 56,7% em relação ao trimestre anterior, em linha com o mercado.

Importante destacar que no dia 30 de março, o Presidente da República sancionou a Lei nº 14.131, baseada na MP nº 1.006, que aumenta novamente a margem consignável de 30% para 35% até o final de 2021. Além dos aposentados e pensionistas do INSS, a lei também contempla os servidores públicos ativos e inativos e os militares. Assim como ocorreu no último trimestre de 2020, este aumento de margem representa uma grande oportunidade para todos os bancos que atuam nesse segmento.

Após dedicar o ano de 2020 ao crescimento da carteira de crédito consignado, que trouxe um aumento das despesas à vista, as maiores receitas da nossa carteira de crédito já possibilitaram um retorno a patamares históricos em nossa rentabilidade e eficiência neste trimestre. Encerramos o 1T21 com um lucro líquido de R\$ 43,6 milhões, aumento de 51,1% em relação ao 1T20 e obtivemos fortes índices de capital e liquidez, os quais refletem a elevada capitalização e liquidez do Paraná Banco. Nosso índice de Basileia atingiu 28,6%, incremento de 3,2 pontos percentuais em relação a dezembro de 2020, e o caixa total foi de R\$ 2,9 bilhões, estável em relação a dezembro de 2020.

Agradecemos, mais uma vez, a todos os colaboradores que estão engajados em entregar a melhor experiência e atendimento para os nossos clientes. Ademais, mantemos o compromisso na busca pelo crescimento, eficiência e rentabilidade.



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais consolidadas - ITR

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Paraná Banco S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais consolidadas acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) consolidada, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Paraná Banco S.A.

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.300.202	2.014.831
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.a	1.776.192	945.552
Instrumentos financeiros derivativos	7.b	-	49
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de perdas esperadas	8	5.522.378	5.631.917
Títulos de investimento		58	58
Outros ativos	12	50.196	66.598
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	9	631.024	633.047
Ativos imobilizados	10	24.624	25.713
Ativos por impostos diferidos	11	77.943	137.156
Total do ativo		<u>9.382.617</u>	<u>9.454.921</u>
Passivo			
Obrigações por operações compromissadas	13	106.374	5.540
Depósitos de instituições financeiras	14	87.677	200.516
Depósitos de clientes	15	4.326.912	4.589.967
Recursos de emissão de títulos	16	3.099.542	2.948.948
Provisões	17	14.363	21.887
Passivos por impostos correntes		13.453	84.672
Instrumentos financeiros derivativos	7.b	2.086	2.593
Outros passivos	18	116.117	57.143
Total do passivo		<u>7.766.524</u>	<u>7.911.266</u>
Patrimônio líquido			
Capital	19	768.359	768.359
Reserva de ajuste ao valor justo	19	10.209	(27.453)
Reserva de lucros	19	837.525	802.749
Total do patrimônio líquido		<u>1.616.093</u>	<u>1.543.655</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.382.617</u>	<u>9.454.921</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações consolidadas de resultados

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas de juros		274.954	214.461
Despesas de juros		(99.958)	(78.819)
Margem financeira	2	<u>174.996</u>	<u>135.642</u>
Receitas de serviços e comissões		136	124
Despesas de serviços e comissões		(10.626)	(6.818)
Resultado líquido de serviços e comissões	22	<u>(10.490)</u>	<u>(6.694)</u>
Receita		164.506	128.948
Outras receitas	23	4.089	3.071
Resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos		22.060	-
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros (líquidas de recuperações)		(45.307)	10.489
Resultado de equivalência patrimonial	9	4.158	(11.480)
Despesas de pessoal	24	(20.168)	(16.325)
Depreciações e amortizações		(1.421)	(763)
Outras despesas	25	(58.439)	(64.542)
Lucro antes dos impostos		69.478	49.398
Impostos sobre o lucro	26	<u>(25.821)</u>	<u>(20.501)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>43.657</u></u>	<u><u>28.897</u></u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas do Paraná Banco S.A.		<u><u>43.657</u></u>	<u><u>28.897</u></u>
Resultado por ação (ações ordinárias e preferenciais)			
Resultado por ação - Básico (em R\$)		0,013	0,009
Resultado por ação - Diluído (em R\$)		0,013	0,009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações consolidadas de resultados abrangentes

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do período	43.657	28.897
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado do período transferidos para o resultado	72.468	(5.086)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação em ORA	(2.199)	-
(-) Efeito de impostos sobre lucros	(32.607)	2.289
Resultado abrangente total do período	<u>81.319</u>	<u>26.100</u>
Resultado abrangente total	<u>81.319</u>	<u>26.100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Capital	Reserva de ajuste ao valor justo	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	<u>768.359</u>	<u>(31.910)</u>	<u>757.349</u>	<u>34.367</u>	<u>-</u>	<u>1.528.165</u>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	28.897	28.897
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	(5.086)	-	-	-	(5.086)
Destinações:						
Dividendos	-	-	(11.378)	-	-	(11.378)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.814)	(15.814)
Saldos em 31 de março de 2020	<u>768.359</u>	<u>(36.996)</u>	<u>745.971</u>	<u>34.367</u>	<u>13.083</u>	<u>1.524.784</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	<u>768.359</u>	<u>(27.453)</u>	<u>763.935</u>	<u>38.814</u>	<u>13.083</u>	<u>1.543.655</u>
Resultado líquido do período	-	-	-	-	43.657	43.657
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	37.661	-	-	-	37.661
Destinações:						
Reservas de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(8.880)	(8.880)
Saldos em 31 de março de 2021	<u>768.359</u>	<u>10.209</u>	<u>763.935</u>	<u>38.814</u>	<u>47.860</u>	<u>1.616.093</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do período		43.657	28.897
Ajustes para:			
Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros		45.307	(10.489)
Depreciação e amortização		1.421	763
Impostos diferidos		(25.821)	7.172
Resultado de equivalência patrimonial		(1.959)	11.480
Provisão para passivos contingentes		327	1.998
Encargos sobre passivos de arrendamento		246	-
Varição dos ativos e passivos		<u>(772.577)</u>	<u>(442.151)</u>
Redução (aumento) em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(830.640)	19.628
Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes		64.232	(569.914)
(Aumento) redução em outros ativos		101.436	30.375
(Redução) em obrigações por operações compromissadas		100.834	156.761
(Redução) aumento em depósitos de clientes		(225.393)	3.596
(Redução) em depósitos de instituições financeiras		(112.839)	14.097
Aumento (Redução) em emissão de títulos obrigações por empréstimos		150.594	(25.257)
(Redução) em obrigações por repasses no país		-	(167)
Aumento (redução) em outras provisões		(7.851)	(7.365)
Aumento (redução) em passivos por impostos correntes		(22.971)	(6.305)
(Redução) aumento em outros passivos		58.269	(22.069)
Impostos pagos		<u>(48.248)</u>	<u>(35.531)</u>
Fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais		<u>(709.399)</u>	<u>(402.330)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Dividendos recebidos		4.132	-
Aquisição de investimentos		(150)	(155)
Aquisição de imobilizado de uso		<u>(332)</u>	<u>(1.062)</u>
Fluxos de caixa gerados nas atividades de investimento		<u>3.650</u>	<u>(1.217)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio		(8.880)	(15.814)
Dividendos pagos		-	<u>(11.383)</u>
Fluxos de caixa (utilizados) pelas atividades de financiamento		<u>(8.880)</u>	<u>(27.197)</u>
(Redução) / Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>(714.629)</u>	<u>(430.744)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	2.014.831	901.087
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	<u>1.300.202</u>	<u>470.343</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas	<u>272.351</u>	<u>249.221</u>
Intermediação financeira	274.954	214.461
Prestação de serviços e tarifas bancárias	136	124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.307)	10.489
Outras	<u>42.568</u>	<u>24.147</u>
Despesas de juros	<u>(99.958)</u>	<u>(78.819)</u>
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(67.635)</u>	<u>(93.469)</u>
Materiais, energia e outros	(3.048)	(3.965)
Serviços de terceiros	(56.983)	(74.690)
Outros	<u>(7.604)</u>	<u>(14.814)</u>
Valor adicionado bruto	<u>104.758</u>	<u>76.933</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>(1.421)</u>	<u>(763)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>103.337</u>	<u>76.170</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>4.158</u>	<u>(11.480)</u>
Resultado de participação em controladas	<u>4.158</u>	<u>(11.480)</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>107.495</u>	<u>64.690</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>107.495</u>	<u>64.690</u>
Pessoal	<u>20.169</u>	<u>16.325</u>
Remuneração direta	13.389	9.756
Benefícios	3.138	2.972
F.G.T.S.	864	822
Outros	<u>2.778</u>	<u>2.775</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>42.683</u>	<u>18.323</u>
Federais	42.676	18.317
Municipais	<u>7</u>	<u>6</u>
Remuneração de capitais de terceiros	<u>986</u>	<u>1.145</u>
Aluguel	986	1.145
Remuneração de capital próprio	<u>43.657</u>	<u>28.897</u>
Juros sobre o capital próprio	8.880	15.814
Lucros retidos	<u>34.777</u>	<u>13.083</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às informações trimestrais – ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. é uma companhia aberta de direito privado constituída e com sede no Brasil, domiciliada na rua Comendador Araújo, 614, Curitiba, Paraná. Com mais de 40 anos, destaca-se pelo foco no crédito consignado e mais atualmente pela solução digital criada para esse produto, como também por investimentos de renda fixa e produtos de seguros por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brazil Acquisition LLC.

Desde 2017, o Banco passou a atuar com foco totalmente direcionado ao crédito consignado, especialmente a aposentados e pensionista do INSS e intensificou a estratégia de produção através de seus canais prioritários, representados por nossa plataforma digital, 24 lojas próprias e 136 correspondentes exclusivos.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado.

Impactos da pandemia nas informações trimestrais – ITR do Banco

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

O setor bancário foi diretamente afetado com medidas editadas pelo Governo Federal para proteção dos clientes, dentre elas algumas mudanças nas regras de concessão de empréstimos consignados, nosso principal produto, em especial a extensão do prazo para quitação de consignados, que passou de 72 para 84 parcelas, e o aumento temporário da margem de consignação para empréstimos consignados de 30% para 35% do valor do benefício, que vigorou de outubro a dezembro de 2020.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), temos adotado medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a buscar novas linhas de captação de recursos para reforçar nosso capital de giro e aumentar as vendas através do nossas plataformas online. Dentre as novas linhas de captação destacamos a concessão de empréstimos pelo Banco Central, por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez (LTEL) autorizadas pela Resolução do CMN 4.795/20, que resultou na emissão de LFG (Letras Financeiras Garantidas) cujo saldo em 31 de março de 2021 é de R\$ 1.023.543 mil. Estes títulos são garantidos por empréstimos consignados do banco e são custodiados pela B3. Acreditamos que essas medidas e nossa

posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenhamos no momento motivos para acreditar que não seremos capazes de continuar operando nossos negócios, a administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no nosso resultado.

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da companhia de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto para todos os colaboradores (home office) ainda em março de 2020, suspensão de viagens e estabelecer todos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus. Tal adoção permanece vigente até a presente data.

Promovemos adequações necessárias dos sistemas de TI, realizamos investimentos em comunicação de dados, expandindo links de Internet em nossos datacenters e assim permitindo que todos os colaboradores da empresa pudessem utilizar os recursos do Paraná Banco em regime de Home Office. Também adequamos o processo de atendimento dos clientes das lojas físicas, permitindo que nossos colaboradores mantivessem contato utilizando ramais remotos.

2 Base de elaboração das informações trimestrais - ITR

a. Declaração de conformidade

As informações trimestrais – ITR foram preparadas e estão de apresentadas de acordo com os *International Accounting Standards – IAS 34 Interim Financial Reporting* dos padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

O processo de elaboração das informações trimestrais - ITR foi encerrado em 12 de agosto de 2021, data em que a Administração do Banco aprovou sua divulgação ao mercado.

b. Base de apresentação

As informações trimestrais – ITR foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais exceção as políticas mencionadas na sequência.

3 Principais Políticas contábeis

As informações trimestrais – ITR seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são

incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As informações trimestrais - ITR incluem as operações do Grupo, das empresas subsidiárias e do fundo de investimento em direitos creditórios.

(i) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Banco em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Banco controle compartilhado da entidade e dá ao Banco direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	31/03/2021		31/12/2020	
		Método de reconhecimento	Participação total - %	Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País					
Junto Holding Brasil S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50
Junto Holding LATAM S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50

(a) A Junto Holding Brasil S.A. (antiga J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Um Acordo de Acionistas rege a relação entre seus acionistas o Paraná Banco S.A. que possui 50,5% de suas ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC titular de 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal. A Companhia passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) Junto Latam S.A. (antiga J. Malucelli LATAM S.A.) é uma holding dos investimentos na América Latina constituída em 4 de junho de 2014, tendo como objeto social a participação em sociedades atuantes nos ramos de seguros, resseguro e serviços correlatos.

As empresas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e os procedimentos adotados na avaliação desses investimentos estão detalhados na nota explicativa 10.

(i) Fundo de Investimento em Direitos Créditos (FIDC)

Em março de 2019 o Banco vendeu parte de sua carteira de crédito ao FIDC Paraná Banco III ("FIDC") como um instrumento de captação de recursos. Este FIDC compra exclusivamente operações de crédito do Banco. Por sua vez o Banco detém 100% de suas quotas subordinadas. Não há coobrigação, porém há retenção dos riscos e benefícios. Este FIDC passou a ser consolidado a partir dessa data. As operações de crédito cedidas ao FIDC e os demais ativos do FIDC são legalmente segregadas dos ativos e passivos dos demais componentes do Grupo. Esses ativos só podem ser utilizados para liquidar os passivos do FIDC. Havendo resgate ou liquidação das cotas subordinadas estas são pagas através de liquidação financeira semestralmente.

O FIDC apresenta a seguinte situação patrimonial em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/03/2021	31/12/2020
Ativo	162.691	208.378
Disponibilidades	1	1
Aplicações em cotas de fundos de investimento	42.547	34.562
Direitos creditórios (*)	120.143	173.815
Passivo	62.710	84.784
Outras obrigações	62.710	84.784
Patrimônio Líquido	99.981	123.596
Quotas seniores	19.709	100.986
Quotas subordinadas	80.272	22.610

(*) Carteira de crédito consignada cedida pelo Paraná Banco S.A. ao FIDC, obedecendo os aspectos determinados no regulamento do fundo.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Banco desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Banco retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Gerenciamento de riscos

No período, não houve mudança em relação às políticas de gestão de riscos divulgadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os principais instrumentos financeiros referem-se aos títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos a prazo e recursos de aceites, emissão de títulos e obrigações por empréstimos, cujos valores justos são:

31/03/2021			
	Valor Contábil	Valor justo	Diferença
Disponibilidades	12	12	-
Ativos financeiros ao VJR	1.776.192	1.776.192	-
Ativos financeiros ao VJORA	1.300.190	1.300.190	-
Créditos concedidos	5.522.378	5.578.863	(56.485)
Passivos			
Obrigações por operações compromissadas	106.374	106.374	-
Depósitos de instituições financeiras	87.677	87.677	-
Depósitos de clientes	4.326.912	4.272.014	54.898
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.079.833	3.079.833	-
Cotas seniors emitidos pelo FIDC	19.709	19.709	-
31/12/2020			
	Valor Contábil	Valor justo	Diferença
Disponibilidades	134	134	-
Ativos financeiros ao VJR	945.552	945.552	-
Ativos financeiros ao VJORA	2.014.697	2.014.697	-
Créditos concedidos	5.631.917	6.288.120	(656.203)
Passivos			
Obrigações por operações compromissadas	5.540	5.540	-
Depósitos de instituições financeiras	200.516	200.516	-
Depósitos de clientes	4.589.967	4.881.261	(291.294)
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.847.962	2.847.962	-
Cotas seniors emitidos pelo FIDC	100.986	100.986	-

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O valor contábil apresentado no balanço patrimonial consolidado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

b. Ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

(i) Títulos públicos

O valor justo dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

(ii) Fundos de investimento

O valor justo dos fundos de investimento foi apurado pela Companhia utilizando informações da cota informada pelo respectivo administrador do fundo.

c. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras e clientes

O valor justo foi estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares. O valor justo dos empréstimos a clientes pré-fixados foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais de mercado para operações similares. Como a mensuração do valor justo da operação não é baseado em dados observáveis de mercado, e sim por dados gerados internamente, considerando o valor justo no preço de saída na data de sua mensuração, podemos considerar que esta operação está inserida no nível 3 na classificação de hierarquia do valor justo.

O valor justo das operações de crédito em curso normal (pagamentos em acordo com os termos contratuais) foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento. O valor justo das operações de crédito em curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos.

As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

d. Depósitos de clientes e instituições financeiras

(i) Depósitos a vista

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de depósitos a vista equivalem a ativos de alta liquidez, dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

(ii) Depósitos a prazo

O valor justo dos depósitos a prazo pré-fixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no nível 3 na classificação da hierarquia do valor justo.

(iii) Depósitos de instituições financeiras

As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, e o valor justo da operação é próximo de seu valor contábil

e. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

As operações compromissadas são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.

Os recursos de aceites e emissão de títulos referente a captação de letras financeiras e letras de crédito imobiliário, foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.

f. Níveis de informação relativos a ativos e passivos mensurados ao valor justo no balanço

31/03/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	1.733.011	-	-	1.733.011
Títulos privados	-	43.181	-	43.181
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	1.299.990	-	-	1.299.990
Títulos privados (a)	-	200	-	200
31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	807.722	-	-	807.722
Títulos privados	-	137.830	-	137.830
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	2.014.496	-	-	2.014.496
Títulos privados (a)	-	201	-	201

(a) Fundo de investimento que procura rentabilidade próxima ao CDI e títulos de capitalização que são garantias de alugueis de postos de atendimento do Banco.

g. Segmentos operacionais

O Banco possui uma única divisão estratégica no gerenciamento dos resultados, ou seja, apenas um segmento reportável: operações bancárias.

As operações bancárias contemplam os seguintes produtos:

- Crédito Consignado: crédito com desconto em folha de pagamento
- Home Equity: crédito imobiliário
- Crédito empresarial (Paraná Empresas): crédito para pequenas e médias empresas
- Tesouraria: estratégia de investimentos do caixa e liquidez

As receitas com as operações bancárias do Banco abrangem apenas o território nacional e não há concentração por cliente de receita ou operações de crédito que sejam superior a 10% das receitas. A distribuição das receitas pelos produtos estão demonstrados abaixo:

Receita por Produto (em R\$)	31/03/2021		2020	
	Receita	%	Receita	%
Crédito Consignado	243.463	88,5%	790.400	92%
Parceria de financiamento ao consumo	-	-	-	-
Tesouraria	30.727	11,2%	67.305	7%
Crédito empresarial (Paraná Empresas)	203	0,1%	1.780	0%
Home Equity	561	0,2%	3.048	1%
Total	274.954	100%	862.533	100%

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos pelo menos mensalmente.

6 Caixa e equivalentes de Caixa

	Consolidado	
	31/03/21	31/12/20
Total de disponibilidades	12	134
Operações compromissadas - Posição bancada	1.299.990	2.014.496
Letras Financeiras do Tesouro	999.990	799.998
Letras do Tesouro Nacional	300.000	664.499
Notas do Tesouro Nacional – F	-	500.000
Notas do Tesouro Nacional – B	-	49.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200	201
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.300.190	2.014.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.300.202	2.014.831

Depósitos vinculados com o Banco Central e depósitos judiciais não são disponíveis para uso e são classificados como outros ativos. As aplicações com instituições financeiras incluídas como caixa e equivalentes de caixa são de alta liquidez com prazo de vencimento de até 90 dias, contados da data de aquisição.

7 Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

	31/03/2021				Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	
Papel					
Carteira Banking					
Títulos de renda fixa					
NTN-B	-	-	-	710.325	710.325
LFT	-	-	-	854.265	854.265
Vinculados a prestação de garantia					
LFT	-	-	-	61.902	61.902
Carteira Tranding					
Títulos de renda fixa					
Carteira própria	42.547	-	-	-	42.547
Fundos (a.1)	-	-	-	-	-
Outros					
Outros	634	-	-	-	634
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	-	-	-	106.519	106.519
Total	43.181	-	-	1.733.011	1.776.192

(a.1) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa e Renda Fixa não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

Papel	31/12/2020				Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	
Carteira Banking					
Títulos de renda fixa					
NTN-B	-	-	-	282.975	282.975
LFT	-	47.237	49.849	458.041	555.127
Vinculados a prestação de garantia					
LFT	-	-	-	66.706	66.706
Carteira Trading					
Títulos de renda fixa					
Fundos (a.1)	34.561	-	-	-	34.561
Outros					
Outros	644	-	-	-	644
Vinculados a compromisso de recompra					
LFT	-	5.539	-	-	5.539
Total	35.205	52.776	49.849	807.722	945.552

(a.1) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa e Renda Fixa não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

b. Instrumentos Financeiros derivativos

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

Os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (a)		Passivo (a)	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Futuros de DI	-	49	2.086	2.593
Total	-	49	2.086	2.593

- (a) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de “instrumentos financeiros derivativos”.

O Banco possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de Letras Financeiras (LF), Letras de Crédito Imobiliários (LCI). A partir do exercício de 2018, o Banco adotou a estratégia de hedge de fluxo de caixa, que consiste em proteger a exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas em maio de 2018 e os vencimentos são entre Janeiro de 2021 e Julho de 2023.

Em hedge de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

Demonstramos abaixo um resumo dos instrumentos e objetos de hedge:

Instrumento / Operação	31/03/2021	31/12/2020
Instrumento de “hedge”	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de “hedge”	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários	Letras financeiras e Certificados de depósitos bancários
Valor do instrumento de “hedge”(notional)	(4.270.410)	(3.730.518)
Valor do objeto de “hedge” (notional)	4.099.479	3.374.838
Ganho (perda) referente ao instrumento de “hedge”	5.295	8.219
Ganho (perda) referente ao objeto de “hedge”	(5.516)	(9.086)
Taxa de efetividade	104,17%	110,54%

8 Empréstimos e adiantamentos a clientes

a. Por setor

Setor	31/03/2021 Valor bruto	31/12/2020 Valor bruto
Indústria	18	25
Comércio	55	61
Serviços	11.199	11.268
Pessoa física	<u>5.657.688</u>	<u>5.767.305</u>
Subtotal	<u>5.668.960</u>	<u>5.778.659</u>
Provisão para perdas com impairment	<u>(146.582)</u>	<u>(146.742)</u>
Total	<u>5.522.378</u>	<u>5.631.917</u>

b. Provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes

	31/03/2021	31/12/2020
No início do exercício consignado	(131.493)	(181.117)
No início do exercício Home Equity /Paraná Empresas	(15.249)	(22.681)
Efeitos da adoção inicial do IFRS 9	-	-
(Constituições)/reversões consignado	(59.776)	(57.416)
(Constituições)/reversões Home Equity /Paraná Empresas	886	(3.907)
Baixas para prejuízo consignado	57.811	107.040
Baixas para prejuízo Home Equity /Paraná Empresas	1.239	11.339
	(133.458)	(131.493)
No final do exercício consignado	(133.458)	(131.493)
No final do exercício Home Equity /Paraná Empresas	(13.124)	(15.249)
Total	(146.582)	(146.742)

c. Segregação da carteira e provisão por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
31/03/2021						
Consignado	5.294.162	68.943	81.140	2.154	117.227	62.362
Paraná Empresas/Home Equity	20.209	4.678	1.024	53	8.616	8.392
Total	5.314.371	73.621	82.164	2.207	125.843	70.754
31/12/2020						
Consignado	5.566.399	69.963	69.361	1.832	109.980	59.698
Paraná Empresas/Home Equity	20.941	4.849	789	38	11.189	10.362
Total	5.587.340	74.812	70.150	1.870	121.169	70.060

d. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes

Trimestre findo em 31 de março de 2021

Estágio 1	Saldo inicial em 01.01.2021	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.03.2021
Crédito - Consignado	69.962	(1.291)	(5.793)	25	14	(8.098)	-	14.124	68.943
Paraná Empresas/Home Equity	4.489	(28)	-	3	16	(2)	-	200	4.678
Total	74.451	(1.319)	(5.793)	28	30	(8.100)	-	14.324	73.621
Estágio 2	Saldo inicial em 01.01.2021	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.03.2021
Crédito - Consignado	1.832	(25)	(14.190)	1.291	10	(194)	-	13.430	2.154
Paraná Empresas/Home Equity	38	(3)	(118)	28	-	-	-	108	53
Total	1.870	(28)	(14.308)	1.319	10	(194)	-	13.539	2.207
Estágio 3	Saldo inicial em 01.01.2021	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.03.2021
Crédito - Consignado	59.699	(14)	(10)	5.793	14.190	(14.280)	(57.811)	54.795	62.362
Paraná Empresas/Home Equity	10.362	(16)	-	-	118	(1.842)	(1.239)	1.009	8.392
Total	70.061	(30)	(10)	5.793	14.308	(16.122)	(59.050)	55.805	70.754

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Estágio 1	Saldo inicial em 01.01.2020	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.12.2020
Crédito - Consignado	99.517	(692)	(19.777)	2.244	208	(70.049)	-	58.512	69.963
Paraná Empresas/Home Equity	9.959	-	-	-	-	-	-	(5.110)	4.849
Total	109.476	(692)	(19.777)	2.244	208	(70.049)	-	53.402	74.812
Estágio 2	Saldo inicial em 01.01.2020	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.12.2020
Crédito - Consignado	29.476	(2.244)	(5.683)	692	36	(14.961)	-	(5.484)	1.832
Paraná Empresas/Home Equity	-	-	-	-	-	-	-	38	38
Total	29.476	(2.244)	(5.683)	692	36	(14.961)	-	(5.446)	1.870
Estágio 3	Saldo inicial em 01.01.2020	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Contratos finalizados	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo final em 31.12.2020
Crédito - Consignado	52.125	(208)	(36)	19.777	5.683	(20.079)	(107.040)	109.477	59.699
Paraná Empresas/Home Equity	12.721	-	-	-	-	-	(11.339)	8.980	10.362
Total	64.846	(208)	(36)	19.777	5.683	(20.079)	(118.379)	118.457	70.061

9 Investimentos

	31/03/2021			31/12/2020	
	Junto Holding Brasil S.A. (a)	Junto Holding Latam S.A. (b)	CERTA Central de Registro de Ativos S.A.	Total	Total
Informações sobre as empresas					
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	417.143	60.281	37.029		-
Patrimônio líquido	552.682	38.754	19.926		-
Lucro/(prejuízo) líquido do trimestre	22.615	(529)	(4.555)		-
Total do patrimônio líquido	575.297	38.225	15.371		
Informações sobre os investimentos					
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	210.657	30.442	1.940		-
Percentual de participação	50,50%	50,50%	5,24%		-
Valor da movimentação das contas					
Saldos iniciais	611.672	19.881	1.495	633.047	843.996
Alienação de participação	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos referente ao exercício anterior				-	(24.499)
Dividendos a receber referente ao exercício vigente	(4.132)	-	-	(4.132)	-
Aumento de capital	-	-	150	150	729
Redução de capital	-	-	-	-	(202.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.362)	163	-	(2.199)	(59)
Resultado de equivalência patrimonial	4.279	(121)	-	4.158	14.880
Saldo das participações	609.457	19.922	1.645	631.024	633.047

(a) Empresa holding dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas Junto Resseguros S.A. (Antiga J.Malucelli Resseguradora S.A.) e Junto Seguros S.A. (Antiga J. Malucelli Seguradora S.A.)

(b) Junto Holding Latam S.A. é uma holding dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.

a. Junto Holding Brasil S.A. - Individual

	31/03/2021	31/12/2020
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	740	1.071
Aplicações financeiras	75.207	84.388
JCP e dividendos a receber	9.008	-
Outros	3.496	2.738
Ativo circulante	88.451	88.197
Aplicações	14.113	-
Investimento	479.093	483.528
Outros	6.306	12.476
Ativo não circulante	499.512	496.004
Total	587.963	584.201
Passivo		
Dividendos a pagar	8.183	-
Impostos e contribuições a pagar	12.766	10.337
Outros	4.958	7.458
Passivo circulante	25.907	17.795
Provisões para contingência	478	441
Passivo não circulante	478	441
Patrimônio líquido	561.578	565.966
Total	587.963	584.201
	31/03/2021	31/12/2020
Resultado		
Recuperação de despesa com controladas	4.462	25.103
Despesas administrativas	(3.946)	(25.011)
Resultado com equivalência patrimonial	9.267	37.929
Receita com aplicações financeiras	(941)	(4.416)
Despesas financeiras	(30)	(923)
Outras despesas operacionais	(158)	119
	8.654	32.801
Resultado antes dos impostos e participações		
Imposto de renda e contribuição social	313	2.490
Participações sobre o resultado	(479)	(836)
Lucro líquido	8.488	34.455

Indicadores da Junto Holding Brasil S.A. - Consolidado

Trimestre encerrado em 31 de março de 2021
 31/03/2021 31/12/2020

Prêmios Brutos de Cancelamento	133.737	548.017
Prêmios líquidos de resseguro	43.929	109.124
Lucro	8.488	34.455

Com foco exclusivo em seguro garantia, a Junto Seguros S.A. atingiu um total de R\$ 102.940 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 321.457) de prêmios emitidos líquidos, um lucro líquido de R\$ 1.795 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 10.629).

Em 31/03/2021, a Junto Resseguros S.A apresentou um volume total de prêmios de resseguros emitidos líquidos no Brasil de R\$ 70.314 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 220.039) e seu lucro líquido foi de R\$ 7.473 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 27.300).

10 Ativos imobilizados

Composição do imobilizado	Taxa de depreciação	31/03/2021	31/12/2020
Terrenos	-	652	652
Edificações	4%	1.215	1.234
Instalações	10%	9	9
Equipamento de informática	20%	21.668	21.346
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.964	3.964
Equipamento de comunicação	10%	2.721	2.697
Direito de uso	-	12.064	12.699
Depreciação acumulada	-	(17.669)	(16.889)
Total		<u>24.624</u>	<u>25.713</u>

11 Ativos por impostos diferidos

Descrição	31/03/2021		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/(realização)	Saldos em 31 de Março
Sobre a provisão para perdas com créditos	126.482	(58.983)	67.499
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	366	-	366
Sobre comissões sobre venda	4.758	-	4.758
Sobre contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	5.550	(230)	5.320
	<u>137.156</u>	<u>(59.213)</u>	<u>77.943</u>
Descrição	31/12/2020		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/(realização)	Saldos em 31 de dezembro
Sobre a provisão para perdas com créditos	113.013	13.469	126.482
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	122	244	366
Sobre comissões sobre venda	(13.395)	18.153	4.758
Sobre contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	3.907	1.643	5.550
	<u>103.647</u>	<u>33.519</u>	<u>142.955</u>

103.647 33.509 137.156

12 Outros ativos

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social antecipados	9.211	36.339
Rendas a receber	4.203	141
Depósitos judiciais	6.391	6.370
Créditos de convênios (a)	9.224	3.169
Adiantamentos diversos (b)	1.157	2.438
Impostos a recuperar	3.649	3.578
Devedores diversos - outras instituições (c)	8.632	7.290
Depósito no Banco Central	305	-
Bens não de uso	7.424	7.273
	<u>50.196</u>	<u>66.598</u>
Total	<u>50.196</u>	<u>66.598</u>

(a) Refere-se a valores repassados pelos órgãos conveniados, cuja compensação está pendente de regularização.

(b) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.

(c) Refere-se saldos de portabilidade e recebimentos diversos relacionados a outras instituições.

13 Obrigações por operações compromissadas

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	31/03/2021	31/12/2020
Recompras a liquidar - carteira própria		
LFT	<u>106.374</u>	<u>5.540</u>
Recompras a liquidar - carteira própria		
Total	<u>106.374</u>	<u>5.540</u>

14 Depósitos de instituições financeiras

a. Composição por tipo de obrigação e localização

	31/03/2021	31/12/2020
No País:		
Depósitos interfinanceiros	<u>87.677</u>	<u>200.516</u>
Total	<u>87.677</u>	<u>200.516</u>

b. Composição por vencimento

	31/03/2021	31/12/2020
Até 90 dias	78.659	132.664
De 91 a 360 dias	9.018	67.852
Acima de 360 dias	-	-
Total	87.677	200.516

15 Depósitos de clientes

a. Composição da rubrica depósitos de clientes por tipo de cliente e natureza

	31/03/2021	31/12/2020
<i>Clientes corporate:</i>		
Depósitos à vista	4.225	6.189
Depósitos a prazo (a)	4.322.687	4.583.778
Total	4.326.912	4.589.967

b. Composição da rubrica de depósitos de clientes por prazo de vencimento

	31/03/2021	31/12/2020
<i>Clientes corporate:</i>		
Depósitos à vista	4.225	6.189
Depósito a prazo (a)		
Até 90 dias	516.123	921.913
De 91 a 360 dias	495.732	393.973
Acima de 360 dias	3.310.832	3.267.892
Total	4.326.912	4.589.967

(a) Em 31 de março de 2021, o saldo com garantia especial conforme Resolução nº 4.115 de 26 de julho de 2012 é de R\$ 1.552.205 (R\$ 1.559.472 em 31 de dezembro de 2020).

16 Recursos de emissão de títulos

Em 31 de março de 2021, a composição da carteira esta demonstrada com segue:

	31/03/2021			31/12/2020
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras Financeiras	1.834.493	1.237.197	3.071.690	2.840.746
Letras de Crédito Imobiliário	8.139	4	8.143	7.216
Cotas seniores emitidas pelo FIDC	19.709	-	19.709	100.986
Total	1.862.341	1.237.201	3.099.542	2.948.948

17 Provisões

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão por demandas judiciais	31/03/2021	31/12/2020
Cíveis	3.310	3.130
Trabalhistas	4.289	4.145
Tributárias	1.228	1.225
Subtotal contingências	<u>8.827</u>	<u>8.500</u>
Outras provisões		
Juros sobre o capital próprio	-	1.488
Participação nos lucros	2.201	8.585
Tarifas	3.335	3.314
Subtotal outras provisões	<u>5.536</u>	<u>13.387</u>
Total provisões	<u>14.363</u>	<u>21.887</u>

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Os processos trabalhistas são provisionados conforme o valor estimado dos processos.

18 Outros passivos

	31/03/2021	31/12/2020
Provisão para pagamento a efetuar - outras despesas administrativas	15.646	15.773
Recebimento antecipado de operações de créditos (a)	-	-
Provisão de tarifas	343	322
Credores diversos – País	23.568	22.122
Passivo de arrendamento	13.082	13.686
Outros (b)	<u>63.478</u>	<u>5240</u>
Total	<u>116.117</u>	<u>57.143</u>
(a) Refere-se a valores pagos de empréstimos pelos clientes, cuja identificação da operação a ser baixada ainda não foi efetuada.		
(b) Refere-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial de riscos, estes valores estão alocados exclusivamente no FIDC Paraná Banco III.		

19 Capital e reservas

a. Composição do capital

	Ações ordinárias (quantidade)	Ações preferenciais (quantidade)
	31/03/2021	31/03/2021
Saldo no início do exercício	1.647.843.240	1.609.920.560
Saldo no final do exercício	<u>1.647.843.240</u>	<u>1.609.920.560</u>
	31/12/2020	31/12/2020
Saldo no início do exercício	41.196.081	40.248.014
Saldo no final do exercício	<u>1.647.843.240</u>	<u>1.609.920.560</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- Direito de participar nos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias.
- Prioridade no reembolso do capital social.
- Direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da companhia, cancelamento do registro de companhia aberta ou descontinuidade do segmento de listagem Nível I da B3, ao mesmo preço por ação ordinária do bloco de controle.
- Direito ao dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.

b. Desdobramento de Ações

- Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2020 foi aprovado o desdobramento de ações na razão de 1 para 5 ações resultando em um total de 407.220.475 ações; e
- Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2020 foi aprovado o desdobramento de ações na razão de 1 para 8 ações resultando em um total de 3.257.763.800 ações ordinárias e preferenciais.
- As movimentações nas quantidades de ações ordinárias e preferenciais estão demonstradas abaixo:

	Ações ordinárias (quantidade)	Ações preferenciais (quantidade)
Quantidade em 01 de Janeiro de 2019	41,196,081	40,248,014
Quantidade em 31 de dezembro de 2019	41,196,081	40,248,014
Quantidade em 01 de janeiro de 2020	41.196.081	40.248.014
Efeito do desdobramento de ações em 30 de janeiro de 2020	164.784.324	160.992.056
Efeito do desdobramento de ações em 20 de fevereiro de 2020	<u>1.441.862.835</u>	<u>1.408.680.490</u>

	<u>1.647.843.240</u>	<u>1.609.920.560</u>
Quantidade em 31 de dezembro de 2020		
c. Reserva de ajuste ao valor justo		
A reserva de valor justo compreende a variação líquida dos efeitos tributários acumulada no valor justo dos títulos de investimento disponíveis para venda até que eles sejam baixados ou ajustados por perdas por <i>impairment</i> .		
d. Reservas de Lucros		
<ul style="list-style-type: none">• Reserva legal: é constituída a razão de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei nº6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • Reserva de retenção de lucros: tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da companhia e suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas (a) e (b) deste artigo 35, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia. • Lucros acumulados: Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do Grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva lucros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.		

d. Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Bacen GAAP para IFRS

As transferências para as reservas, o pagamento de dividendos e o juros sobre capital próprio se baseiam no lucro líquido conforme Bacen GAAP. Abaixo encontra – se a conciliação do lucro líquido do IFRS para o lucro líquido do Banco em Bacen GAAP.

	31/03/2021		31/12/2020	
	Patrimonio Líquido	Lucro Líquido	Patrimonio Líquido	Lucro Líquido
Saldo em Bacen GAAP	1.290.847	51.186	1.210.879	58.597
Efeito líquido acumulado de anos anteriores	332.776	-	306.399	-
Adoção inicial IFRS 9	-	-	-	-
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	3.648	3.648	71.868	71.868
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.134	6.134	(22.389)	(22.389)
Ajuste de diferimento de comissões	(17.280)	(17.280)	(22.115)	(22.115)
Efeito IFRS 16	(32)	(32)	(987)	(987)
Baixa de Ágio	-	-	-	-
Saldo em IFRS	1.616.093	43.656	1.543.655	84.974

e. Demonstração do lucro básico por ação

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2021
Número de ações	1.647.843.240	1.609.920.560	3.257.763.800
Lucro básico atribuído (em R\$ mil)			43.657
Lucro básico por ações ordinárias (em R\$ mil)			0,013
Lucro básico por ações preferenciais (em R\$ mil)			0,013
Descrição	Ordinárias	Preferenciais	31/03/2020
Número de ações	1.647.843.240	1.609.920.560	3.257.763.800
Lucro básico atribuído (em R\$ mil)			28.897
Lucro básico por ações ordinárias (em R\$ mil)			0,009
Lucro básico por ações preferenciais (em R\$ mil)			0,009

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existe instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ações básicas no futuro, de modo que o lucro básico por ação é o mesmo que o lucro diluído por ação.

20 Juros sobre capital próprio e dividendos

O Banco adota política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do art. 17 da Lei nº 6.404/1976, com a nova redação da Lei nº 10.303/2001.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados, correspondam, no máximo, à 95% do lucro líquido do exercício em Bacen GAAP, ajustado nos termos da lei societária brasileira.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido em Bacen GAAP, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Os dividendos são calculados sobre o lucro líquido, conforme determinado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Bacen GAAP anterior.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banco visa a distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidas às ações originárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos.

	31/03/2021		
	Bruto	Imposto de renda retido na fonte	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	4.617	693	3.924
Juros sobre o Capital Próprio (2)	4.263	639	3.624
Total	8.880	1.332	7.548

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de fevereiro de 2021 e pago em 12 de fevereiro de 2021.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2021 e pago em 15 de março de 2021.

	31/12/2020		
	Bruto	Imposto de renda retido na fonte	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	5.420	813	4.607
Juros sobre o Capital Próprio (2)	5.024	754	4.270
Juros sobre o Capital Próprio (3)	5.370	805	4.565
Juros sobre o Capital Próprio (4)	1.750	263	1.488
Total	17.564	2.635	14.930

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de fevereiro de 2020 e pago em 7 de fevereiro de 2020.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020 e pago em 28 de fevereiro de 2020.
- (3) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2020 e pago em 30 de março de 2020.
- (4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020 e pago em 15 de janeiro de 2021.

21 Margem financeira

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Receitas de juros		
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de perdas esperadas	244.227	193.651
Renda de operações de câmbio	-	-
Investimentos em Ativos financeiros (VJR e VJORA)	30.727	20.810
Total	274.954	214.461
Despesas de juros		
Depósitos de clientes	(98.995)	(74.531)
Depósitos de instituições financeiras	(963)	(4.288)
Total	(99.958)	(78.819)
Margem financeira	174.996	135.642

22 Resultado líquido de serviços e comissões

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Receitas de serviços		
Administração de fundos	76	64
Tarifas interbancárias	<u>60</u>	<u>60</u>
Subtotal	<u><u>136</u></u>	<u><u>124</u></u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	<u>(10.626)</u>	<u>(6.818)</u>
Subtotal	<u><u>(10.626)</u></u>	<u><u>(6.818)</u></u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u><u>(10.490)</u></u>	<u><u>(6.694)</u></u>

23 Outras receitas

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Reversão de outras provisões	366	3.045
Accrual de operações cedidas	3.507	-
Outras	<u>216</u>	<u>26</u>
Total	<u><u>4.089</u></u>	<u><u>3.071</u></u>

24 Despesas de pessoal e diretoria

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Salários, PLR e bônus	(13.408)	(9.901)
Encargos Sociais	(3.622)	(3.598)
Benefícios dos funcionários	<u>(3.138)</u>	<u>(2.826)</u>
Total	<u><u>(20.168)</u></u>	<u><u>(16.325)</u></u>

25 Outras despesas

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Serviços técnicos especializados (c)	(20.491)	(20.056)
Propaganda, promoções e publicidade	(8.214)	(9.315)
Despesa com serviços gráficos	(227)	(332)
Despesas do sistema financeiro	<u>(2.298)</u>	<u>(5.216)</u>

Comunicação	(1.492)	(1.962)
Transporte	(131)	(92)
Aluguéis	(986)	(1.145)
Processamento de dados	(10.147)	(7.801)
Manutenção e conservação de bens	(503)	(1.305)
Materiais	(78)	(43)
Despesas com publicações	(145)	(61)
Despesas com tarifas de convênios	(4.347)	(2.033)
Despesas com viagens	(33)	(385)
Despesas tributárias (a)	(10.728)	(7.632)
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(1.148)	(4.092)
Resultado com portabilidade	4.008	-
Outras (b)	(1.479)	(3.072)
Total	(58.439)	(64.542)

- (a) Referem-se às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 10.728 mil (R\$ 7.632 mil em 2020).
- (b) Refere-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (c) Refere-se a despesas com tecnologia da informação, call center e honorários advocatícios.

26 Impostos sobre os lucros

Reconhecidas no demonstrativo de resultados

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Impostos correntes		
Do período	-	(13.328)
Impostos diferidos		
Diferenças temporárias líquidas	(25.821)	(7.173)
Total	(25.821)	(20.501)

Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda

	1º Trimestre 01/01/21 à 31/03/21	1º Trimestre 01/01/20 à 31/03/20
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	69.478	49.398
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes	(31.265)	(13.328)
Exclusões (adições) permanentes	5.444	(7.173)
Juros sobre o capital próprio	1.870	7.116
Participações em coligadas em conjunto	(3.996)	(5.165)
Outras	7.570	(9.124)
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do período	(25.821)	(20.501)

Alíquota efetiva de imposto de renda

As alíquotas efetivas de impostos são:

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes da tributação	69.478	49.398
Imposto de renda corrente e diferido	(25.821)	(20.501)
Alíquota efetiva	37,16%	41,50%

Ativos tributários diferidos

	31/12/2020	Exercício 2021		31/03/2021
	Saldo Final	Constituição	Baixa	Saldo Final
Diferenças Temporárias				
Provisão p/perdas por redução do valor recuperável	46.108	1.486	(1.449)	46.145
Provisões Passivas	5.550	630	(860)	5.320
Hedge	52.537	7.113	(51.362)	8.288
Outras provisões	32.961		(14.771)	18.190
Total dos Créditos Tributários Ativados	137.156	9.229	(68.442)	77.943

	31/12/2019	Exercício 2020		31/12/2020
	Saldo Final	Constituição	Baixa	Saldo Final
Diferenças Temporárias				
Provisão p/perdas por redução do valor recuperável	46.927	21.837	22.656	46.108
Provisão p/perdas por redução do valor recuperavel 40%	6.262	-	6.262	-
Provisões Passivas	6.979	-	1.429	5.550
Hedge	41.820	177.333	166.616	52.537
Outras provisões	1.658	31.921	618	32.961
Total dos Créditos Tributários Ativados	103.647	231.091	197.581	137.156

Total de ativos tributários reconhecidos em 31/03/2021 e 31/12/2020

	31/03/2021	31/12/2020
Ativos tributários correntes	3.649	3.578
Ativos Tributários diferidos	77.943	137.156

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2020.

Período	Valor
Em 2021	9.034
Em 2022	28.387
Em 2023	17.396
Em 2024	13.484
Em 2025	9.642
Total de Créditos Tributários	<u>77.943</u>

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

Período	%
Em 2020	11,59%
Em 2021	36,42%
Em 2022	22,32%
Em 2023	17,30%
Em 2024	12,37%

A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

27 Outras divulgações

a. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem suas controladas diretas e indiretas, outras empresas do Grupo e pessoas chave da Administração e seus familiares próximos.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Remuneração de pessoas chave da administração

Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e de Diretoria:

	1º trimestre 01/01/2021 à 31/03/2021	1º trimestre 01/01/2020 à 31/03/2020
Remuneração fixa	1.662	1.189
Total	<u>1.662</u>	<u>1.189</u>

Não há transações de empréstimos a executivos ou diretores, em razão de essa prática ser proibida a todos os bancos brasileiros pelo Banco Central do Brasil.

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outros benefícios

O Banco não concedeu, até a presente data, nenhum benefício de longo prazo ou benefício pós-emprego aos administradores da entidade.

Transações com demais partes relacionadas do Grupo

	31/03/2021		
Descrição	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Controlador			
Juros sobre o capital próprio	-	(3.624)	-
Depósitos à vista	(957)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(261.437)	-	(1.590)
Letra financeiras	(47.414)	-	(299)
Controladas em conjunto			
Serviços da tecnologia da informação	-	-	(9.509)
Pessoal chave da Administração			
Remuneração da Administração (a)	-	-	(1.662)
	31/12/20		
Descrição	Direitos (Obrigações)	Patrimônio Líquido	Receitas (Despesas)
Controlador			
Dividendos pagos	-	-	(56.383)
Juros sobre o capital próprio	-	(17.564)	-
Depósitos à vista	(614)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(219.728)	-	(4.271)
Letra financeiras	(60.546)	-	(3.323)

Controladas em conjunto

Serviços da tecnologia da informação	-	-	(34.080)
--------------------------------------	---	---	----------

Pessoal chave da Administração

Remuneração da Administração (a)	-	-	(5.456)
----------------------------------	---	---	---------

Outras partes relacionadas

Depósitos à vista	(614)		
Depósitos a prazo (b)	(219.728)	-	(4.271)
Letra financeiras	(60.546)	-	(3.323)
Serviços prestados	-	-	203

- (a) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.
- (b) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.
- (c) Os dividendos a receber são decorrentes do investimento na empresa Junto Holding Brasil S.A. Os saldos estão registrados na rubrica de "Outros ativos".

Nossos principais acionistas são: Joel Malucelli, Rosaldo Malucelli, Alexandre Malucelli, Monica Malucelli do Amaral, Cristiano Malucelli, Paola Malucelli de Arruda, Julia Malucelli e Gabriel Malucelli.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- A Junto Holding Brasil, a Junto Seguros, a Junto Resseguros, a J. Malucelli Controle de Riscos, a J. Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a J. Malucelli Construtoras de Obras, a J. Malucelli Energia, a J. Malucelli Rental, a J. Malucelli Equipamentos, a J. Malucelli Ambiental, a J. Malucelli Administradora de Bens, a J. Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações Imobiliárias.

Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.
- Qualquer entidade controlada pela instituição.
- Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 50.000 para danos materiais, responsabilidade civil e riscos diversos.

29 Gestão do capital

Gerenciamento do Capital

A gestão do Capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição. São atribuições da equipe de gerenciamento de capital realizar:

- Gestão de capital através de contínuo processo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para definir a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração;

As funções de gerenciamento de capital são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

Capital regulamentar

O Capital Regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação dos limites operacionais das instituições financeiras.

A partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do Patrimônio de Referência, que é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e a introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico, definidas pela Resolução nº 4.193/2013 do Banco Central e em vigor desde 2016.

A Resolução 4.192/2013 define os itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência, tais como ágio pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura; ativos intangíveis; ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido, líquidos de passivos fiscais diferidos a ele associados aos quais a instituição financeira não tenha acesso irrestrito; valor agregado das participações inferiores a 10% (dez por cento) do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, que exceda 10% (dez por cento) do valor apurado

segundo o disposto no art. 4º, desconsiderando as deduções referentes aos elementos patrimoniais mencionados neste inciso e nos incisos V e VII deste artigo; participações, diretas ou indiretas, superiores a 10% (dez por cento) do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; participação de não controladores, nos termos do art. 9º, § 1º, em subsidiárias integrantes do conglomerado; VII - créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização; créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998, apurados nos termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; ativos permanentes diferidos; instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado, nos termos do art. 8º; valor correspondente ao investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos suficientes para fins da supervisão global consolidada; valor da diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada nas exposições abrangidas por sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB); e valor correspondente ao capital mínimo requerido para as sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, controladas, na forma definida pela respectiva autoridade supervisora, com exceção das parcelas associadas aos riscos de crédito, de mercado e operacional.

De acordo com a Resolução 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais foram efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução 4.280/2013.

Ativo Ponderado pelo Risco – RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução 4.193/2013, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

O Capital Exigido é obtido a partir das parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), sendo apurado por meio da multiplicação pelo “fator F”, que em 2018 (de janeiro a dezembro) foi de 8,625% e a partir de janeiro de 2019 até o presente momento permanece em 8%.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções do Banco Central 4.192 e 4.193 de 2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

Índice de Basileia (PR / RWA);

Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);

Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total da Instituição. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução 4.615 do Banco Central.

Suficiência de Capital (Visão Regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) conforme a Circular 3.365 do Banco Central.

- São apresentados a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado:

Índice de Basileia	31/03/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	1.171.428	1.052.012
Nível I	1.118.283	999.275
Capital Complementar	40.406	40.086
Capital Principal	1.077.877	959.189
Capital Social	772.859	772.859
Reserva de Lucro	471.994	471.994
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	444.051	523
Ajustes Prudenciais	(207.545)	(286.187)
Nível II	53.145	52.738
Dívidas Subordinada Elegíveis a Capital	53.145	52.738
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	4.101.286	4.147.328
Risco de Crédito	3.609.627	3.680.653
Risco de Mercado	1.978	1.323
Risco Operacional	489.681	465.352
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	328.103	431.653
Capital Principal Mínimo Requerido	205.671	246.659
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	122.432	184.994
PR apurado para cobertura do RBAN	61.536	277.676
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	843.325	720.226
Margem sobre o Capital Principal Mínimo Requerido	893.319	772.559
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	872.205	750.435
Índice de Capital Principal	26,28%	23,13%
Índice de Capital Nível I	27,27%	24,09%

Índice de Basileia	28,56%	25,37%
Índice de Basileia Amplo	24,05%	13,81%

• **Índice de Imobilização**

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial é apurado em conformidade com as Resoluções 4.192/2013 e 2.669/1999.

Índice de Imobilização	31/03/2021	31/12/2020
Limite Imobilização	585.714	526.006
Situação Imobilização	121.019	90.881
Margem Imobilização	464.695	435.125
Índice de Imobilização	10,33%	8,64%

• **Ajustes Prudenciais Deduzidos do Capital Principal**

Ajustes Prudenciais	31/03/2021	31/12/2020
Ajuste Prudencial I - créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização.	(584)	(584)
Ajuste Prudencial II - investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% (dez por cento) do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	<u>(206.961)</u>	<u>(285.603)</u>
Total	<u>(207.545)</u>	<u>(286.187)</u>

30 Eventos Subsequentes

Em 10 de agosto de 2021 a companhia emitiu 4.593 letras financeiras. O valor nominal unitário é de R\$ 100, totalizando R\$ 459.300.

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli – Diretor Presidente
André Luiz Malucelli - Diretor de Investimentos
Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante – Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Martins de Paula – Diretor de Estratégias
Varley Antonio Sarzi – Diretor de Originação
Paulo Corrêa Matta – Diretor de Tecnologia

Contador responsável

Hilário Mário Walesko - Controller
CRC-PR: 29.585/O-9